

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DOUTOR AMARAL CARVALHO

07
1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrevente Autorizado
JAÚ - EST. DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

SEDE, DURAÇÃO, PATRIMÔNIO E OBJETIVOS:

Artigo 1º A Fundação Doutor Amaral Carvalho, sucessora, por transformação, do Hospital Amaral Carvalho, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 28.12.1980, registrada sob o n.º 174 do livro A-2, do Registro de Pessoas Jurídicas em 19.05.1981, que anteriormente se denominava Maternidade do Jahu e, posteriormente, Hospital e Maternidade Amaral Carvalho, instituída por vontade e espírito altruísta do Coronel Domingos Pereira de Carvalho e de sua esposa, Dona Anna Marcelina de Carvalho, conforme os termos da escritura de doação irrevogável à então Maternidade do Jahu, lavrada na folha 33 do livro 208 do Ofício de Notas de Jaú e registrada sob o n.º 12.514 do livro 3-20 no Cartório de Registro de Imóveis de Jaú, Estado de São Paulo, aos vinte e cinco de dezembro de hum mil, novecentos e quinze (25.12.1915), tem sede, domicílio e foro em Jahu, Estado de São Paulo, na rua Dona Silvéria, n.º 150.

Artigo 2º A Fundação Doutor Amaral Carvalho, doravante denominada simplesmente Fundação, tem prazo indeterminado de duração e poderá utilizar as marcas Fundação Hospital Amaral Carvalho ou Fundação Amaral Carvalho.

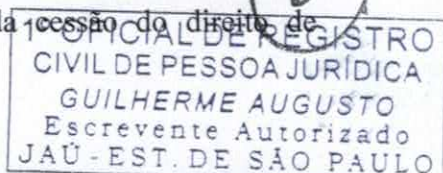
Artigo 3º O Patrimônio da Fundação é constituído por todo remanescente dos bens doados pelos instituidores, pelos bens e direitos destinados a dele fazer parte, recebidos por doação, herança, legado, compra ou qualquer outra forma de aquisição e pelo crédito da operação de suas atividades ou dela decorrentes.

Artigo 4º O Patrimônio e os recursos da Fundação destinam-se exclusivamente às suas finalidades estatutárias e são aplicados integralmente no território nacional.

Artigo 5º São recursos da Fundação as rendas oriundas das entidades por ela mantidas, as arrecadações em campanhas, os auxílios e subvenções públicas e privadas e quaisquer outras receitas financeiras.



Parágrafo primeiro: Incluem-se como recursos aqueles decorrentes da cessão do direito de resgate de títulos de capitalização.



Parágrafo Segundo: Para obtenção dos recursos relacionados no parágrafo anterior, a Fundação poderá celebrar contrato com sociedade de capitalização e custear a divulgação, promoção, propaganda e publicidade dos títulos de capitalização cujos resgates sejam a seu favor.

Artigo 6º A Fundação tem como objetivos, observados os princípios filantrópicos determinados pelos instituidores e excluída a finalidade de lucro:

- a) A atuação nos campos hospitalar, científico, técnico, assistencial, de ensino e afins;
- b) O exercício da Medicina para o diagnóstico, tratamento, prevenção e pesquisa das moléstias oncológicas ou não;
- c) O desenvolvimento e estímulo à cultura na comunidade, em seus diversos segmentos, mediante projetos variados de ação cultural e divulgação do conhecimento, inclusive através da implantação de veículos próprios de televisão e radiodifusão educativas, e mídia eletrônica.

Parágrafo primeiro: Para execução dessas finalidades, a Fundação mantém e propõe-se a manter as seguintes entidades:

- a. um hospital geral, a criar-se, com serviço de Obstetrícia, denominado **Hospital Sant'Anna e Maternidade do Jahu**, destinado ao atendimento médico hospitalar em ambulatório e mediante internações;
- b. o **Hospital Amaral Carvalho**, provido dos serviços indispensáveis ao atendimento, em ambulatório e mediante internações, de pacientes que necessitem de assistência médico-hospitalar e afins, inclusive podendo este manter unidades avançadas em Jaú e outras cidades do País, para

prevenção, diagnóstico, encaminhamento, acompanhamento e tratamento de pacientes;

1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escritor Autorizado
JAL EST. DE SÃO PAULO

- c. o **Centro de Hematologia e Hemoterapia Doutor Ary Ferreira Dias**, com a finalidade principal de integrar-se ao Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, desenvolvendo-o em consonância com a política específica emanada da autoridade pública competente do Estado de São Paulo, visando à manutenção de estoques de sangue e hemoderivados em quantidade e qualidade para atendimento da região de abrangência, garantindo o diagnóstico e tratamento de doenças hematológicas, em especial, o Programa de Transplante de Medula Óssea;
- d. um espaço denominado **Hospice Maria de Lourdes dos Reis Ferreira Dias**, destinado ao tratamento de pacientes fora de possibilidades terapêuticas e à orientação de seus familiares, e também destinado ao ensino dentro do escopo de Medicina Paliativa;
- e. a **Casa de Apoio Ignês de Carvalho Montenegro**, um edifício ou conjunto de edifícios destinados ao alojamento e alimentação de pacientes que requeiram tratamentos específicos, sem necessidade de internação em hospital e também à hospedagem e alimentação de acompanhantes dos pacientes dos hospitais da Fundação;
- f. a **Entidade de Assistência Social Anna Marcelina de Carvalho**, que terá o apoio e a participação nas campanhas de arrecadação de fundos para prestação de assistência social, material e educativa, às pessoas carentes atendidas pelas entidades da Fundação, bem como a educação e prevenção de saúde da comunidade;
- g. uma entidade denominada **Amaral Carvalho Ensino e Pesquisa**, de função estratégica na área de ensino e pesquisa, no sentido de proporcionar o desenvolvimento humano, tecnológico e científico, quer

seja no ensino superior e no aprimoramento de habilidades técnicas profissionais, quer seja no fomento da pesquisa clínica e científica e da inovação tecnológica. Esta entidade poderá constituir-se e manter-se de forma autônoma, com orçamento próprio, podendo, na condição de filial, celebrar contratos, convênios e instrumentos congêneres. Dessa forma agregará o **Centro de Estudos Dr. Nelson Pereira do Amaral Carvalho**, que tem por fim reunir os médicos dos hospitais da Fundação, além de cientistas e outros interessados; o **Instituto de Desenvolvimento Tecnológico Doutor Pedro de Paula Brandão**, que tem por fim o estabelecimento, a manutenção e o desenvolvimento da pesquisa, da tecnologia médica-científica e a engenharia clínica; o **Instituto de Ensino e Pesquisa Professor Doutor Benedicto Montenegro**, que tem por fim o ensino superior em Ciências da Saúde, sobretudo Medicina, além de pesquisas básicas e aplicadas, técnicas e atividades correlatas, sendo também responsável pela coordenação do Programa de Residência Médica e do Programa de Residência Multiprofissional, bem como dos programas de estágios e de educação continuada de profissionais de saúde dos hospitais mantidos pela Fundação; o **Instituto de Pesquisa Clínica Doutor Edwin Benedicto Montenegro**, que tem por fim a execução e desenvolvimento da pesquisa clínica; e o **Instituto de Prevenção e Saúde Rosoleta Farias Ferreira**, que tem por fim o incentivo e a execução de programas voltados à prevenção do câncer; agregando e integrando todos eles na forma de seu regulamento;

- h. uma entidade denominada **Espaço Cultural Amaral Carvalho - ECAC**, destinada a desenvolver:
- A promoção da cultura, defesa, preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da Fundação Amaral Carvalho, de suas entidades, da cidade de Jaú e região;
 - Elaboração, produção e realização de projetos ou eventos em todos os segmentos de atividade cultural, para fomento da produção cultural e artística, sob a forma de exposições de pintura, escultura, fotografia,

espetáculos cênicos, recitais, festivais de música, concursos literários e todas as demais formas de manifestações de arte;

- Projetos culturais específicos, integrando diferentes possibilidades das entidades da Fundação Amaral Carvalho e com ou sem a participação direta da comunidade, para o apoio cultural aos pacientes, e/ou de seus acompanhantes, visando propiciar a eles e familiares melhores condições de integração biopsicossocial;
- Programas e atividades esportivas e culturais, incluindo a preservação da memória, educativa, de lazer e convivência, integrando entre si todas as atividades ligadas à Fundação Amaral Carvalho e à comunidade em geral;
- A edição de publicações em geral, periódicas ou não, por meio de parceria com empresas editoras nacionais ou estrangeiras, ou por meio de empresa editora pertencente à Fundação Amaral Carvalho e sob sua coordenação.

- i. uma Casa de Apoio à Criança, denominada **Maria Augusta do Amaral Cesarino**, destinada ao alojamento e suporte material, moral, psicológico e espiritual aos pacientes, familiares ou acompanhantes dos menores de 16 anos em tratamento prolongado nos hospitais mantidos pela Fundação;
- j. o **Instituto Amaral Carvalho**, entidade de assistência médico-hospitalar, instalado na cidade de Bauru-SP, provido dos serviços indispensáveis para prevenção, diagnóstico, encaminhamento, acompanhamento e tratamento de pacientes, especializado em tratamento oncológico, podendo exercer atividades de ensino e pesquisa, bem como quaisquer outras atividades em que se utilize o conhecimento advindo do estudo da Medicina, em conformidade com a Lei Orgânica de Saúde e a Política Nacional de Humanização, além de integrar o Sistema Único de Saúde (SUS) dentro da Política Pública instituída pelo Governo Federal.

11
OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
v. 1.0.0.0
JAU - EST. DE SÃO PAULO

Parágrafo segundo: A Fundação poderá criar outras entidades que tenham objetivos iguais, semelhantes ou afins aos previstos neste artigo.

12
[Handwritten signature]
REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escritor Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO

Parágrafo terceiro: A Fundação pode estabelecer convênios com outras entidades congêneres, para criação e manutenção de unidades, com os mesmos objetivos.

Parágrafo quarto: Dentro da capacidade operacional da Fundação, a sua Diretoria pode destinar uma percentagem orçamentária para o atendimento gratuito de pacientes de seus hospitais, desde que desprovidos de recursos financeiros, vedada qualquer distinção de cor, credo, nacionalidade, raça, idade, sexo, cujo percentual é fixado anualmente com base na relação da previsão de receitas e despesas do exercício, observadas as prescrições e proporções estatuídas em leis e regulamentos estaduais e federais.

Artigo 7º O exercício da Fundação coincide com o ano civil e o orçamento anual, elaborado sob a orientação da Diretoria e da Superintendência Executiva, submete-se à consideração e aprovação do Conselho Curador em sua segunda assembléia ordinária do ano anterior ao de execução (art. 23).

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

Artigo 8º Compõem o quadro social da Fundação:

1. Os membros do Conselho Curador;
2. Os sócios benfeitores, beneméritos e honorários.

Parágrafo único:


- (a) Sócio benfeitor é aquele doador de quantia ou de bens de considerável valor;
- (b) Sócio benemérito é aquele digno de recompensa por serviços relevantes ou por reconhecida benemerência para com a Fundação;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (c) Sócio honorário é aquele que, por serviços prestados à Fundação, é digno da honraria e gratidão.

13

1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrevente Autorizado
JAÚ - EST. DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS

Artigo 9º A Fundação é dirigida pelos seguintes órgãos:

- (a) Conselho Curador;
- (b) Diretoria;
- (c) Conselho Fiscal.

DO CONSELHO CURADOR

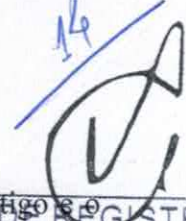
Artigo 10 O Conselho Curador é o órgão supremo da Fundação, constituído por 60 (sessenta) membros, inclusive seu Presidente, que devem ser pessoas de comprovada idoneidade, capazes de assegurar a perpetuação das tradições e as finalidades da instituição.

Parágrafo primeiro: Metade mais um dos membros do Conselho Curador devem ser descendentes diretos, colaterais ou afins dos instituidores Coronel Domingos Pereira de Carvalho e Dona Anna Marcelina de Carvalho;

Parágrafo segundo: É colateral o parente até a 15ª geração;

Parágrafo terceiro: Abrindo vaga no Conselho Curador, por quaisquer dos motivos elencados no Art. 11 deste Estatuto, que tenha sido ocupada por membro curador pertencente ao Corpo Clínico do Hospital Amaral Carvalho, e não descendente, colateral ou afim dos instituidores da Fundação, esta deverá ser preenchida por outro membro ativo do referido Corpo

14

Clínico, observando o que dispõe o parágrafo primeiro deste artigo e o Art. 13 do Estatuto.

OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escritor Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO

Artigo 11 Os membros do Conselho Curador têm mandato vitalício que se extingue por morte, perda da qualidade de Conselheiro ou por renúncia expressa ou tácita.

Parágrafo primeiro: A renúncia tácita caracteriza-se pela ausência injustificada a três assembleias ordinárias consecutivas ou pela ausência, mesmo justificada, a quatro assembleias ordinárias consecutivas do Conselho Curador ou a presença só por procuração em 5 (cinco) assembleias ordinárias consecutivas;




Parágrafo segundo: Perde a qualidade de membro dos órgãos diretivos da Fundação quem for destituído pelo Conselho Curador, por voto secreto, em virtude da prática de ato grave, contrário aos interesses e regras da instituição, assim reconhecido em assembleia do Conselho Curador especialmente convocada para esse fim, assegurada ampla defesa (art. 15-II-b);

Parágrafo terceiro: Nas assembleias do Conselho Curador será permitida a representação por meio de mandatário que tenha a qualidade de Curador no gozo de seus direitos e que não exerça cargo diretivo ou administrativo na Fundação;

Parágrafo quarto: O mandato deverá ser específico para cada reunião, com a indicação da data de sua realização, e o mandatário somente poderá representar dois outros membros Curadores;

Artigo 12 A Presidência da Assembleia do Conselho Curador é exercida pelo Presidente da Diretoria e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente ou por quem o substituir.

Parágrafo primeiro: Na ausência de todos os mencionados no caput, o Conselho Curador elege um de seus membros para presidir a Assembleia;

Parágrafo segundo: O Secretário da Assembléia do Conselho Curador e o 1º (primeiro) Secretário da Diretoria e, em ocorrendo a falta deste, será substituído pelo 2º (segundo) Secretário, e, na sua ausência, o Conselho Curador indicará um de seus membros para secretariar a Assembléia.

Artigo 13 A vaga de Conselheiro Curador será preenchida em assembléia mediante eleição em escrutínio secreto e por maioria simples de votos, dentre os candidatos encaminhados pela Diretoria, que forem indicados pelos conselheiros, observando o Parágrafo primeiro do Art. 10 deste Estatuto.

Parágrafo primeiro: Se a soma dos votos brancos e nulos for superior ao número de votos válidos, proceder-se-á a novo escrutínio em nova assembléia;

Parágrafo segundo: Em caso de empate, ou se o mais votado não alcançar a maioria de votos, haverá um novo escrutínio com os que empataram em primeiro lugar, ou com os dois mais votados. Em persistindo o empate, será declarado eleito o mais idoso.

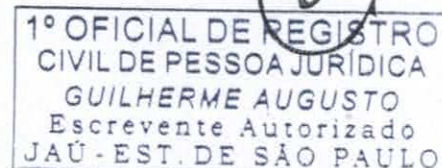
Artigo 14 Além de outras atribuições previstas no presente Estatuto, compete ao Conselho Curador:

- I. a guarda, conservação e ampliação do patrimônio da Fundação, a sua estrita aplicação aos objetivos mencionados no artigo 6º, bem como a orientação das atividades da Fundação no sentido de melhor consecução das suas finalidades, podendo indicar medidas e providências à Diretoria e à Superintendência Executiva;
- II. eleger, por escrutínio secreto, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e dar-lhes posse, bem como destituí-los a qualquer tempo se assim lhe convier;
- III. aprovar a admissão ou demissão do Diretor Superintendente;

- 16
- 1º OFICIAL DE REGISTRO
DA
GUILHERME AUGUSTO
Escritor Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO
- IV. deliberar sobre o orçamento anual da Fundação e das entidades e das subordinadas e sobre o plano de trabalho para o exercício seguinte;
- V. apreciar e julgar o relatório, o balanço geral e as contas da Fundação e de suas entidades, previamente instruídos com o parecer do Conselho Fiscal;
- VI. autorizar:
- (a) a alienação ou oneração de bens imóveis, ouvido o Curador das Fundações;
 - (b) a alienação ou oneração de outros bens compreendidos no ativo fixo da Fundação de valor superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido apurado no último balanço, ouvido o Curador das Fundações;
 - (c) o emprego do produto da alienação ou oneração desses bens, constantes das letras a e b, respeitando-se o valor alcançado, que será aplicado exclusivamente nas finalidades ligadas aos objetivos da Fundação.
- VII. deliberar, em última instância, sobre quaisquer questões pertinentes à administração da Fundação ou decorrentes das atividades estatutárias;
- VIII. conhecer, examinar e decidir recursos contra atos da Diretoria e da Superintendência Executiva lesivos ou contrários aos interesses da Fundação;
- IX. decidir, ouvido o Curador das Fundações, sobre a criação e extinção de entidades da Fundação;
- X. alterar o Estatuto, ouvido o Curador das Fundações;
- XI. referendar o Regimento da Diretoria, da Superintendência Executiva, do Corpo Clínico do Hospital Amaral Carvalho e os regulamentos das entidades da Fundação;

XII. deliberar sobre a extinção da Fundação;

XIII. resolver os casos omissos.



Artigo 15 O Conselho Curador delibera:

I. por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros sobre:

(a) alteração do Estatuto;

(b) extinção da Fundação.

II. por maioria absoluta (metade mais um) de seus membros sobre:

(a) alienação ou oneração de bens imóveis ou móveis;

(b) declaração da perda da condição e a destituição de membros dos órgãos diretivos da Fundação;

(c) declaração de admissão ou demissão do Diretor Superintendente;

(d) resolução de casos omissos.

III. por maioria simples (metade mais um dos presentes à assembléia) para os demais casos.

Artigo 16 Salvo disposição expressa em contrário, as deliberações do Conselho Curador serão sempre tomadas por aclamação, ou em caso de divergência, por voto secreto de seus membros.

Artigo 17 Nas deliberações do Conselho Curador, ocorrendo empate, o Presidente tem o voto de qualidade.

Artigo 18 O Conselho Curador reúne-se:

I. cada ano, ordinária e obrigatoriamente:

- (a) até a primeira quinzena do mês de abril;
- (b) até a segunda quinzena do mês de novembro.

II. extraordinariamente, sempre que convocado pela Diretoria ou por 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Curador.

Parágrafo único: As assembleias serão realizadas em local e horário constantes do edital de convocação, podendo, inclusive, serem realizadas por meios eletrônicos, ou na forma híbrida (presencial e virtual).

Artigo 19 A assembléia ordinária é convocada exclusivamente pela Diretoria com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, por porte postal ou correio eletrônico ou aplicativo de mensagem instantânea para smartphones, mediante confirmação de recebimento do edital.

Artigo 20 A assembléia extraordinária é convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

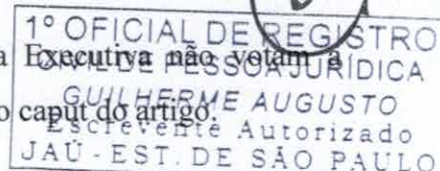
Artigo 21 A convocação da assembléia extraordinária, que realizar-se-á em local constante do edital de convocação, e nele conterà obrigatoriamente a indicação do horário e da matéria a ser discutida e votada, será feita por porte postal ou correio eletrônico ou aplicativo de mensagem instantânea para smartphones, mediante confirmação de recebimento.

Artigo 22 Na primeira assembléia ordinária anual do Conselho Curador, serão apreciados e julgados o relatório, as contas e balanço geral, relativos ao exercício anterior, devendo estar presentes o Diretor Superintendente, o Tesoureiro e o Contador da Fundação para esclarecimentos, se solicitados.

Parágrafo primeiro: Na referida assembléia, o Presidente da Diretoria transfere a Presidência para outro Conselheiro especialmente indicado pelo plenário, até o término do exame e julgamento do relatório, das contas e do balanço geral do exercício anterior, reassumindo-a em seguida.

13
1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escritor Autorizado
JAÚ - EST. DE SÃO PAULO

Parágrafo segundo: Os membros da Diretoria e da Superintendência Executiva não votam a matéria sob apreciação e julgamento mencionada no caput do artigo.



Artigo 23 Na segunda assembléia ordinária anual, o Conselho Curador delibera sobre o orçamento da Fundação e das demais entidades a ela subordinadas e sobre o plano de trabalho para o exercício seguinte, presentes obrigatoriamente, o Diretor Superintendente, o Tesoureiro e o Contador da Fundação para esclarecimentos, se solicitados; e, quando for o caso, o Conselho Curador elegerá a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Artigo 24 Em primeira convocação, o Conselho Curador inicia os trabalhos com a presença de mais da metade dos seus membros e, em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número, sem prejuízo do disposto no artigo 15, I e II.

DA DIRETORIA

Artigo 25 A Diretoria é um órgão colegiado formado pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro, eleitos por 3 (três) anos pelo Conselho Curador dentre seus membros, podendo ser reeleitos para cargos distintos. Os membros eleitos ou reeleitos assumem seus mandatos no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição.

Parágrafo primeiro: Dentre os membros da Diretoria, pelo menos um deverá ser descendente direto, colateral ou afim dos instituidores.

Parágrafo segundo: No caso de renúncia expressa ou tácita de toda a Diretoria, esta ou o Conselho Curador convoca imediatamente assembléia extraordinária do Conselho Curador para a entrega dos cargos e eleição de nova Diretoria, e esta assumirá suas funções imediatamente.

Parágrafo terceiro: Ocorrendo a renúncia referida no parágrafo anterior e, não se realizando a assembleia do Conselho Curador, a Diretoria renunciante solicitará ao Curador das Fundações que designe diretores *pro tempore*, os quais serão imediatamente empossados, entrando em exercício, até que o Conselho Curador os confirme ou eleja nova Diretoria.

Parágrafo quarto: Caracteriza-se renúncia tácita a falta a três reuniões ordinárias consecutivas da Diretoria, com ou sem justificativa.

Artigo 26 No provimento dos cargos da Diretoria, o Conselho Curador deve atentar especialmente para a capacidade administrativa dos eleitos, que no caso de exercerem atividades com vínculo empregatício com a Fundação Dr. Amaral Carvalho ou que exerçam atividade remunerada sob regime hierárquico e de subordinação funcional, devem se desincompatibilizar das mesmas.

Artigo 27 A Diretoria reúne-se:

- I. Ordinária e mensalmente;
- II. Extraordinariamente desde que convocada pelo Presidente ou por 3 (três) de seus membros ou ainda, por no mínimo 1/6 (um sexto) dos membros do Conselho Curador.

Artigo 28 A Diretoria delibera com a presença mínima de 3 (três) membros.

Parágrafo primeiro: Nas deliberações da Diretoria, o Presidente tem voto de quantidade e, ocorrendo empate, o voto de qualidade.

Parágrafo segundo: Nas reuniões da Diretoria, é vedada a representação de membros por procurador.

Parágrafo terceiro: Deverão estar presentes obrigatoriamente à reunião da Diretoria, o Diretor Superintendente e o Diretor Clínico do Hospital Amaral Carvalho, ambos com direito a voz e não a voto.




Parágrafo quarto: Todos os documentos que importarem em ônus ou obrigações para a Fundação, inclusive os de natureza bancária, devem ser firmados conjuntamente por dois membros da Diretoria, ou por membro da Diretoria e pelo Diretor Superintendente, ou por membro da Diretoria e um procurador designado dentre os Diretores Executivos.

21
1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escritor Autorizado
JAL - EST. DE SÃO PAULO

Artigo 29 Além de outras atribuições previstas no Estatuto, compete à Diretoria:

- I. praticar todos os atos normais de gestão da Fundação, orientando, dirigindo e coordenando as atividades;
- II. criar, extinguir, modificar e estruturar os diversos serviços e setores de atividades, os quadros e regulamento do pessoal, e editar os fluxogramas de trabalho da Fundação, ouvido o médico-chefe do departamento no que lhe for atinente;
- III. contratar, promover, remanejar e dispensar os ocupantes de funções de chefia, especialistas em funções técnicas e os empregados da Fundação, fixando-lhes também a remuneração, ouvido o médico chefe do departamento no que lhe for atinente;
- IV. elaborar o seu Regimento, que dispõe sobre o próprio funcionamento, os regulamentos das Entidades da Fundação e aprovar normas gerais de operações dos serviços, ouvido o médico chefe do departamento no que lhe for atinente;
- V. receber bens, doações e subvenções destinados à Fundação;
- VI. celebrar e denunciar convênios e acordos com outras instituições congêneres;
- VII. homologar contratos assinados pelo Presidente ou seu substituto, conjuntamente com o Diretor Superintendente, ou seu substituto por ele designado dentre os Diretores Executivos;

novéis compreendidos no
 rtuna e conveniente ao
 GUILHERME AUGUSTO
 Escrivente Autorizado
 mento, com autorização
 PAULO

- 
- 
- 

- 23
- XVI. preparar e encaminhar aos membros do Conselho Curador, por via postal simples, até 20 de novembro de cada exercício, o plano de trabalho e o orçamento anual da Fundação e das entidades a ela subordinada, relativos ao exercício seguinte;

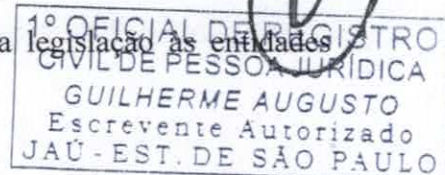
OFFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrevente Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO

- XVII. autorizar o emprego do produto da alienação ou oneração de bens da Fundação para outros bens e serviços ligados aos seus objetivos;
- XVIII. contratar assessorias externas;
- XIX. cumprir, respeitar e fazer respeitar as determinações do Conselho Curador;
- XX. prestar esclarecimentos e informações se solicitados pelo Conselho Curador e pelo Curador das Fundações;
- XXI. notificar da assembléia ordinária.

Artigo 30 Compete ao Presidente da Diretoria:

- I. representar ativa e passivamente a Fundação, em juízo ou fora dele;
- II. cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Curador e as resoluções da Diretoria, em consonância com o Diretor Superintendente;
- III. presidir reuniões da Diretoria e do Conselho Curador;
- IV. cumprir o Regimento Interno da Diretoria e verificar o cumprimento dos regimentos da Superintendência Executiva, do Corpo Clínico do Hospital Amaral Carvalho e os regulamentos das entidades da Fundação;
- V. zelar pela vivência comunitária nas entidades da Fundação, em consonância com os princípios morais da sociedade e com os ditames da lei;

- VI. providenciar o cumprimento das exigências feitas pela legislação das entidades médicas, hospitalares e assistenciais;



- VII. assumir, na vacância do cargo, pelo período não superior a 90 dias, a função de Diretor Superintendente, cumulativamente ao de Diretor Presidente até a admissão do novo titular da Superintendência Executiva;

- VIII. constituir procuradores especiais através de instrumento de mandato, por procuração pública ou particular, com especificação de seu objeto e fixação de prazo nunca superior a um ano, exceto tratando-se de procuração *ad judicia*.

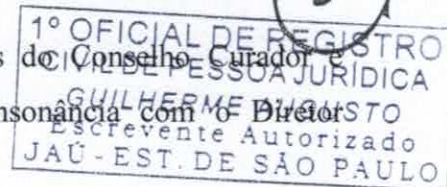
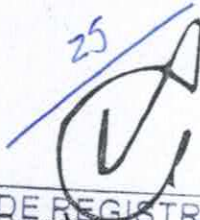
Artigo 31 Compete ao vice-presidente da Diretoria:

- I. substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos ocasionais;
- II. substituir o Presidente no caso de renúncia, falecimento ou impedimento permanente, até o término do triênio;
- III. exercer outras funções que lhe atribuir o Estatuto e o Regimento Interno da Diretoria.

Artigo 32 Compete ao Primeiro Secretário:

- I. atender o expediente, redigir relatórios da Diretoria e as atas que lhe couberem, lavrando ou fazendo lavrá-las em livros próprios ou por sistema eletrônico;
- II. manter sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e arquivos de atas, da Diretoria e do Conselho Curador, bem como arquivos de correspondências recebidas e expedidas pela Fundação, podendo designar pessoa e local para guarda de referidos documentos;
- III. providenciar os dados necessários às resoluções da Diretoria, preparando a pauta de suas reuniões, em consonância com o Diretor Superintendente;

25



- IV. providenciar os dados necessários às deliberações do Conselho Curador e preparar a pauta para suas assembleias, em consonância com o Diretor Superintendente;
- V. substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos ocasionais, bem como substituir-lhe em suas atribuições constantes do artigo 31 deste Estatuto, em caso de renúncia, falecimento ou impedimento permanente;
- VI. apresentar na reunião mensal da Diretoria, qual a resolução que deixou de ser executada.

Artigo 33

Compete ao Segundo Secretário:

- I. substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos ocasionais;
- II. substituir o Primeiro Secretário no caso de renúncia, falecimento ou impedimento permanente, até o término do triênio.

Artigo 34

Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I. zelar pela ordem financeira da Fundação e ter sob sua guarda o caixa;
- II. apresentar estudos e sugestões relativos aos interesses financeiros da Fundação em consonância com o Diretor Superintendente.

Artigo 35

Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I. auxiliar o Primeiro Tesoureiro em suas funções, desempenhando as atribuições que este lhe conferir;
- II. substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos ocasionais;
- III. substituir o Primeiro Tesoureiro no caso de renúncia, falecimento ou impedimento permanente, até o término do triênio.



DO CONSELHO FISCAL

76
1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrivente Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO

Artigo 36 O Conselho Fiscal é constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos por 3 (três) anos pelo Conselho Curador, dentre seus pares, permitida uma recondução.

Parágrafo primeiro: Na eleição dos Conselheiros Fiscais, deve-se atentar, quanto possível, para seus conhecimentos em matéria contábil.

Parágrafo segundo: A eleição e posse do Conselho Fiscal e da Diretoria Clínica do Hospital Amaral Carvalho coincidem com a da Diretoria.

Parágrafo terceiro: Não pode integrar o Conselho Fiscal quem exerça qualquer emprego ou função remunerada na Fundação ou seja membro da Diretoria ou da Superintendência Executiva.

Artigo 37 Compete ao Conselho Fiscal examinar mensalmente os balancetes postos à sua disposição pela Superintendência Executiva, e emitir parecer sobre o balanço geral da Fundação para apreciação do Conselho Curador, na primeira assembléia ordinária de cada ano.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal será ouvido quanto à contratação de auditor independente, indicado pela Diretoria e em consonância com o Diretor Superintendente.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

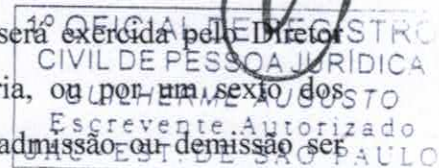
Artigo 38 A Superintendência Executiva é órgão da administração, de existência obrigatória, com competência para exercer as atribuições da Diretoria (Art. 29), sem exaurir dela as atribuições como órgão institucional da Fundação.

AD

Handwritten signature

f

Parágrafo primeiro: A titularidade da Superintendência Executiva será exercida pelo Diretor Superintendente, pessoa indicada pela Diretoria, ou por um dos membros do Conselho Curador, devendo sua admissão ou demissão ser homologadas por este, por maioria absoluta.



Parágrafo segundo: O Diretor Superintendente, que deverá ser pessoa com formação e experiência, nas áreas executiva e de gestão administrativo-financeira, na forma e exigências legais, será contratado sob regime de emprego ou não, e mediante remuneração (art. 15, II, c).

Parágrafo terceiro: O Diretor Superintendente poderá contratar, nos termos do Regimento Interno da Superintendência Executiva, mediante regime de emprego ou não, e mediante referendo da Diretoria, pessoas para áreas determinadas, desde que se faça necessário para o melhor desempenho da administração, que serão denominados Diretores Executivos e ficarão diretamente a ele subordinados.

Parágrafo quarto: O Diretor Superintendente poderá constituir procuradores especiais através de instrumento de mandato, por procuração pública ou particular, com especificação de seu objeto e fixação de prazo nunca superior a um ano, exceto tratando-se de procuração *ad judícia*.

Parágrafo quinto: O Diretor Superintendente será admitido ao cargo, ou dele demitido, somente após a homologação pela Assembléia Geral do Conselho Curador especialmente convocada para este fim.

Parágrafo sexto: O Diretor Superintendente será afastado imediatamente da função, até a homologação ou não de demissão, em consonância com o parágrafo 4º (quarto) deste artigo, se praticar qualquer ato de improbidade que constitua justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

Parágrafo sétimo: Homologada a demissão do Diretor Superintendente, os Diretores Executivos referidos no parágrafo terceiro deste artigo, ~~perdem~~ automaticamente o cargo.

73
OFFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrevente Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 39 As funções dos membros dos órgãos diretivos da Fundação não são remunerados.

Artigo 40 É vedado à Fundação distribuir, sob qualquer forma ou pretexto, lucros, bonificações, gratificações ou vantagens, diretas ou indiretas, aos membros dos seus órgão diretivos, definidos no artigo 9º, pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Fundação.

Artigo 41 Os membros dos órgãos diretivos e da administração da Fundação não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações por ela assumidas, mas se responsabilizam, pessoalmente, por atos de gestão dolosa ou culposa, devidamente apurados.

Artigo 42 As dúvidas referentes à aplicação do Estatuto não resolvidas pelo Conselho Curador, serão submetidas ao Curador das Fundações e, se for o caso, ao juízo competente.

Parágrafo único: As deliberações do Conselho Curador, se por maioria absoluta de seus membros, são irrecorríveis.

Artigo 43 O Conselho Curador, a Diretoria e a Superintendência Executiva devem informar ao Curador das Fundações sobre as atividades da Fundação.

Parágrafo primeiro: As atas das reuniões do Conselho Curador serão enviadas à Curadoria para conhecimento e registro.

8

11

12

Parágrafo segundo: O orçamento anual, o plano de trabalho, o relatório anual e as contas da Fundação serão enviados à Curadoria das Fundações, para conhecimento, nos 15 (quinze) dias subsequentes ao da data de sua aprovação pelo Conselho Curador.

Artigo 44 O presente Estatuto poderá ser alterado ou emendado, se as exigências do momento assim o determinarem, inclusive para cumprir normas legais, com exceção do artigo 1º, que deverá preservar inalterada a sua redação.

Parágrafo único: A alteração depende de proposta de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Curador ou da Diretoria, e sua aprovação pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Curador.

Artigo 45 Os serviços e entidades referidos no artigo 6º devem manter-se sob a estrita orientação da Diretoria e da Superintendência Executiva respeitada legislação pertinente.

Artigo 46 Em caso de dissolução ou extinção da entidade, ao dispor sobre a destinação dos bens e eventual patrimônio remanescente, deverão ser transferidos a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

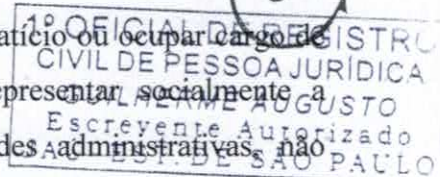
Artigo 47 A outorga dos títulos de sócios benfeitores, beneméritos e honorários da Fundação é de competência exclusiva do Conselho Curador.

Parágrafo primeiro: Os outorgados poderão estar presentes às reuniões de seus órgãos diretivos, com direito a voz e não a voto.

Parágrafo segundo: Se o outorgado for membro do Conselho Curador, este preservará o seu direito de voto.

Parágrafo terceiro: Poderá ser outorgado o título de "Presidente Honorífico", por indicação de um sexto dos membros do Conselho Curador ou da Diretoria, a um dos Conselheiros pelo período de 3 anos, concomitante ao mandato da Diretoria, escolhido pelos seus pares em Reunião Ordinária ou Extraordinária, por

maioria simples, sendo vedado ter vínculo empregatício ou ocupar cargo de Diretoria. O "Presidente Honorífico" poderá representar socialmente a Fundação, porém sem quaisquer responsabilidades administrativas, não havendo impedimento para lhe ser outorgado o título por outros períodos, sucessivos ou não.



Artigo 48 Por indicação de um sexto dos membros do Conselho Curador ou da Diretoria, o Conselho Curador outorgará anualmente a "Comenda Dr. Amaral Carvalho" às pessoas vinculadas à Fundação, que se destacaram pelos serviços prestados ou àqueles que tenham contribuído de modo memorável aos objetivos e à missão da Fundação Amaral Carvalho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 49 Todos os convênios, contratos e compromissos assumidos pela Fundação Doutor Amaral Carvalho, existentes por ocasião da entrada em vigor deste Estatuto, continuam em vigor.

Parágrafo único: Os convênios, contratos e compromissos mencionados no *caput* deste artigo poderão ser revistos e reformulados a critério da Diretoria.

Artigo 50 No prazo de 6 (seis) meses serão elaborados ou adaptados ao presente Estatuto, no que couber, os Regimentos do Conselho Curador, da Diretoria, da Superintendência Executiva, do Corpo Clínico do Hospital Amaral Carvalho e os regulamentos das entidades da Fundação em funcionamento.

Artigo 51 Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, eleitos na conformidade do Estatuto em vigor, até esta data, continuam em seus cargos até o dia 31 de dezembro do ano de 2003.


Artigo 52 O presente Estatuto entra imediatamente em vigor, após sua aprovação, revogados os anteriores.

31
1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrevente Autorizado
JAÚ - EST. DE SÃO PAULO

Parágrafo único: Todas as alterações estatutárias, após serem aprovadas em conformidade com o estabelecido nos artigos 14 e 15, entram em vigor imediatamente.

Artigo 53 O Superintendente da Fundação, referendado no cargo na Assembléia Geral do Conselho Curador, de 25 de março de 1995, na conformidade do Estatuto em vigor até esta data, é automaticamente empossado no cargo de Diretor Superintendente de acordo com o presente Estatuto.


ALCINDO STORTI
Presidente


CARLOS EDUARDO NABUCO DE ARAÚJO
Primeiro Secretário


VIVIANE HANSHKOV
Advogada
O. A. B. /SP 210.988

1.º RCPJ JAÚ, SP
Manoel Edson Trindade - CNPJ/ME nº 49.895.394/0001-82
Avenida Rodolpho Magnani, 766 - Centro - Jaú, SP
Protocolo nº 7.664, de 10/12/2021
Registro/Averbação: Microfilme nº 40.430
Jaú, SP, 27/12/2021.

Guilherme Augusto
Escrevente Autorizado

1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrevente Autorizado
JAÚ - EST. DE SÃO PAULO

1º Primeiro Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Jaú - SP
BEL REGIANE APOLINÁRIO GARCIA BARBOSA - TABELIÃO
Tabela R. Paulino Maciel, 168 - Centro - CEP: 17.210-000 - Jaú / SP - Fone/Fax: (14) 3601-1923 - e-mail: tabeliao@jauipe.com.br

Reconheço por semelhança, a(s) seguinte(s) firma(s):
(2718) ALCINDO STORTI, (21306) VIVIANE HANSHKOV, (11693) CARLOS
EDUARDO NABUCO DE ARAÚJO
que confere(m) com o padrão(ões) depositado(s) neste Tabelionato,
Jaú, 09 de Dezembro de 2021 Em testemunho da Verdade,
VINICIUS VITO DE SOUZA - ESCRIVENTE
Valor R\$ 51,20 Valido somente com Selo de Autenticidade

111922
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
C20494AA0094271

111922
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
C10494AA0238152



1º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE JAHU - SP

CNPJ: 49.895.394/0001-82

AVENIDA RODOLPHO MAGNANI, 766 Fone: (014) 3622-3469

MANOEL EDSON TRINDADE - OFICIAL

CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO Nº: 7664

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 7.664 em 20/12/2021, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrivente Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO**ATO**

Valor Base	Oficial	Estado	Sec. Faz.	R. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
AVERBAÇÃO								
1	R\$ 90,91	R\$ 25,84	R\$ 17,68	R\$ 4,78	R\$ 6,24	R\$ 4,36	R\$ 2,72	R\$ 152,53
					SELO DIGITAL:			1115754PJGZ010016497VA21L
PÁGINAS ACRESCEER								
26	R\$ 146,12	R\$ 41,60	R\$ 28,34	R\$ 7,80	R\$ 10,14	R\$ 7,02	R\$ 4,16	R\$ 245,18
					SELO DIGITAL:			1115754PJGZ010016497VA21L
MICROFILME Nº 40.430-27.12.2021								
1	R\$ 6,27	R\$ 1,78	R\$ 1,22	R\$ 0,33	R\$ 0,43	R\$ 0,30	R\$ 0,18	R\$ 10,51
					SELO DIGITAL:			

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação. **COTA: UFESP (14,03)**

Oficial	Estado	Sec. Faz.	Reg. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
R\$ 243,30	R\$ 69,22	R\$ 47,24	R\$ 12,91	R\$ 16,81	R\$ 11,68	R\$ 7,06	R\$ 408,22

* Ministério Público
** Imposto Municipal

Obs.:



1115754PJGZ010016497VA21L

JAHU, 27 de dezembro de 2021

GUILHERME AUGUSTO
ESCREVENTE1º OFICIAL DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
GUILHERME AUGUSTO
Escrivente Autorizado
JAU - EST. DE SÃO PAULO